

CORREIO POLÍTICO

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



TSE está preparado para os novos tempos?

TSE consegue coibir o “personal fake”?

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) começou na terça-feira (3) um ciclo de audiências públicas para debater as resoluções que guiarão as eleições de outubro. A grande preocupação, sem dúvida, está no uso de inteligência artificial (IA) para produzir informação falsa, as chamadas fake news. Embora isso já existisse nas eleições de 2022, não atingia o nível de sofisticação que acontecerá agora, e que já impactou eleições em outros países. Há um ponto, porém, que talvez ainda não esteja no radar do TSE. E que é, na avaliação do jornalista, consultor de gestão estratégica e especialista em IA Mário Salimon, o ponto mais grave: a forma como a máquina será capaz de falar pessoalmente com cada eleitor.

Informação deixa de ser massificada

A grande preocupação é a disseminação de fake news de forma massificada. Mas o que acontecerá, de fato, é que a tecnologia hoje já será capaz de enviar informações direcionadas a cada eleitor individualmente. É como se agora não haja mais alguém que espalhará uma informação falsa para milhões de pessoas. Mas, digamos, um “personal fake”, que irá produzir a falsificação direcionada a cada um, de forma individual.

Valter Campanato/Agência Brasil



Cármen Lúcia é a presidente do TSE

Justiça Eleitoral não terá como coibir

Salimon exemplifica com a clássica propaganda de cigarros de antigamente. Geralmente, ela era direcionada para um consumidor homem, heterossexual, associando o consumo de cigarros com certo charme e masculinidade. Mas homossexuais também fumavam. Mulheres também fumavam. Esses anúncios não alcançavam diretamente esse público. “Cada vez mais há a possibilidade de fazer com que essa interação entre a máquina e o homem seja individual”, explica Mário Salimon. É a propaganda diferente para cada cliente.

Candidatos usarão isso

É muito provável que os candidatos venham a usar isso. Especialmente aqueles que dominam melhor as novas ferramentas tecnológicas. “Como a Justiça Eleitoral irá fiscalizar uma interação nesse nível entre o homem e a máquina?”, questiona Salimon. “A Justiça Eleitoral não terá elementos para normatizar relações”. E é disso que se trata: a máquina hoje conversa com cada usuário.

POR
RUDOLFO LAGO

Interatividade

“As novas tecnologias permitem que a máquina tenha com cada usuário diferente uma relação pessoal de interatividade”, explica Salimon. “Esse grau de intimidade vai impactar fortemente na formação de opinião e de comportamento de cada eleitor, sem condições de ser acompanhado”.

Comportamento

“Votar é, ao final, uma demonstração de comportamento”, diz o especialista. “Essa demonstração de comportamento deverá ser moldada por uma buzinação constante em microespaços privados, que serão usados massivamente”. Para Salimon, caso se amplie, decreta a morte da democracia.

Ágora

“Democracia é ágora”, lembra o especialista. A ágora era o espaço de debate da democracia direta na Grécia antiga, o local onde os cidadãos debatiam e chegavam às soluções a partir desse diálogo, respeitando a vontade da maioria. Ao individualizar a mensagem política, a nova situação elimina o debate.

Polarizador

“Não se trata apenas de estarmos vivendo uma época polarizada”, considera Salimon. “Nós estamos à mercê de um modelo de comunicação que é polarizador”. Os algoritmos que vão limitando o acesso das pessoas somente àquilo que elas querem ver retiram o acesso delas a outras ideias e propostas que gerariam o debate.

Autocracia

Tal modelo, entende Mário Salimon, leva ao triunfo da autocracia. Porque começa a conseguir estabelecer que só se leva em conta a vontade da maioria, sem considerar as posições das minorias. O modelo inviabiliza as minorias. Ou as deixa limitadas ao seus nichos. Sem interação, congeia as posições onde estão.

Falsificação

Como mostrou o Correio esta semana, já estamos em um tempo em que é possível falsificar um empréstimo para produzir um crédito falso. Bem mais fácil é falsificar informação. Pode ser que ainda não seja possível levar tal distorção a um nível tão privado e individual. Mas cada vez mais isso será possível.



Jordy conseguiu o número de assinaturas para a CPMI

CPMI do Master reúne assinaturas de apoio

Situação pressiona Alcolumbre a determinar a instalação

Por Beatriz Matos

O cerco político se intensifica, e a CPMI do Master, agora formalizada com número recorde de assinaturas, amplia a pressão sobre o comando do Congresso. Nesta terça-feira (3), a oposição protocolou o requerimento para instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinada a apurar fraudes financeiras atribuídas à instituição, estimadas em mais de R\$ 12 bilhões. O pedido, de autoria do deputado Carlos Jordy (PL-RJ), reuniu 281 assinaturas, número superior ao mínimo exigido pelo regimento.

Responsável pela coleta, o deputado Carlos Jordy afirmou esperar que o requerimento seja lido na primeira sessão conjunta do Congresso, que ainda depende de convocação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). “Esperamos que o presidente Davi Alcolumbre assuma o seu papel e faça a instalação da CPMI do Banco Master”, declarou o parlamentar em coletiva.

Após o protocolo, Jordy reforçou que, diferentemente das CPIs isoladas na Câmara ou no Senado, a CPMI tem caráter automático. “Diferentemente das CPIs, que acontecem isoladamente nas duas Casas e dependem dos respectivos presidentes, a comissão mista é de instalação automática e obrigatória”, afirmou.

O senador Carlos Portinho (PL-RJ) também elevou o tom da cobrança. “Não consigo imaginar o que possa fazer Davi Alcolumbre para evitar a CPMI. Porque uma hora ele terá de chamar uma sessão do Congresso. E, chamando, terá que ler o pedido, conforme já determinou antes o STF. Há uma série de vetos e outras questões esperando na pauta, que são interesse do Congresso. Inclusive o veto ao PL da Dosimetria, que foi uma construção feita pelo próprio Alcolumbre”, disse.

Paralelamente, outras iniciativas avançam em ritmo distinto. Na segunda-feira (2), o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) protocolou pedido de CPI na Câmara, com 201 assinaturas.

Empréstimos fantasma

Também em paralelo, a deputada Heloísa Helena (Rede-RJ) vem atuando desde o início na esteira das denúncias envolvendo consignados fantasma registrados na Bahia, revelados pelo Correio da Manhã, especialmente contratos vinculados ao Credcesta, apontados por investigadores como instrumento para inflar artificialmente as carteiras negociadas com o Banco de Brasília.

Servidores públicos baianos foram surpreendidos com dívidas registradas em seus CPFs sem contratação, sem liberação de valores e sem desconto em folha.